

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 356

**O CAPITAL SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL:
ESTUDO DE CASO DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NO
MUNICÍPIO DE SANTARÉM, PARÁ**

**Inailde Corrêa de Almeida
Oriana Trindade de Almeida**

Belém, março de 2016

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto

Armin Mathis

Editor

Durbens Martins Nascimento

Conselho editorial do NAEA

Durbens Martins Nascimento – Presidente -
NAEA/UFPA

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos - NAEA/UFPA

Lairson Barbosa da Costa - NAEA/UFPA

Nírvia Ravena - NAEA/UFPA

Silvio José de Lima Figueiredo - NAEA/UFPA

Simaia do Socorro Sales das Mercês - NAEA/UFPA

Setor de Editoração

E-mail: editora_nea@ufpa.br

Papers do NAEA: papers_nea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 356

Recebido em: 10/03/2016.

Aceito para publicação: 29/03/2016.

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

O CAPITAL SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE CASO DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, PARÁ

Inailde Corrêa de Almeida¹, Oriana Trindade de Almeida²

Resumo:

O Oeste do Pará apresenta uma economia baseada na agricultura familiar contrastando-se com conflitos de disputas de terras. Uma boa governança regional caracterizada pelo engajamento do capital social vem facilitar o desenvolvimento local. Este trabalho tem o objetivo de analisar a ação das cooperativas agrícolas de Santarém, nos aspectos da cooperação e solidariedade no cenário da economia local. A pesquisa foi desenvolvida no município de Santarém, com entrevistas em cinco cooperativas rurais e dez estabelecimentos comerciais, por meio de questionários semiestruturados. As cooperativas possuem, em média, 81 famílias, com uma gama de produtos agrícolas, abastecendo o mercado local e as demandas governamentais. Observamos a ação das cooperativas em projetos sociais. E constatamos que apenas 25% dos estabelecimentos têm vínculos com cooperativas, devido à falta de qualidade dos produtos e a baixa oferta. Verificamos um contexto positivo do cooperativismo, firmado por fatores econômicos e sociais a amenizar os dilemas de ação coletiva.

Palavras-chave: Capital Social. Cooperativismo. Desenvolvimento Local. Amazônia.

Abstract:

The west of Pará State has an economy based on family farming on one side land disputes conflicts, on the other. Good regional governance characterized by engagement of the social capital can facilitate local development. This paper aims to analyze the action of the agricultural cooperatives of Santarém and the aspects of cooperation and solidarity in the local economy scenario. The research took place in the city of Santarém, with interviews in five rural cooperatives and ten trading houses, through semi-structured interviews. Cooperatives have an average of 81 families, with a range of different agricultural products, supplying the local market and government demands. We observed the presence of cooperatives in social projects but only 25% of the families have links to unions, due to their lack of quality of products and low supply capacity. We find that cooperative is socially and economically important to mitigate problems in the dilemmas of collective action.

Keywords: Social Capital. Cooperatives. Local Development. Amazon.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/PPGDSTU, do NAEA/UFPa e Bolsista do CNPq.

² Doutora em Ciências Ambientais pelo Imperial College, Professora da Universidade Federal do Pará.

INTRODUÇÃO

O Estado do Pará é o segundo maior estado, brasileiro com extensão territorial de 1.247.950,003 km² (IBGE, 2014); apresenta discrepância de desempenho entre as diversas microrregiões e, em consequência, índices de baixo desenvolvimento. Historicamente, o processo de colonização da Amazônia se insere num contexto do extrativismo dos recursos naturais, sem agregação de valor, caracterizado pelo *boom and bust* (expansão e retração de uma dada atividade). Por sua vez, a região oeste do Pará apresenta especificidades identificadas pelo alto grau de ruralismo, possuidora de um vasto território e com um grande aporte de sua economia baseada na agricultura familiar com expressiva diversidade produtiva, contrastando com fortes conflitos de disputas de terras.

Considera-se que uma boa governança regional se caracteriza pelo engajamento cívico do capital social organizado para facilitar e desenvolver ações efetivas e coordenadas na sociedade, na qual este capital se refere a uma rede de relações que contribui aos bens compartilhados em sociedade (PUTNAM, 2006). Vemos que a gestão pública do Estado do Pará mostra-se afastada das regiões mais longínquas da Região Metropolitana, com ineficientes ações públicas na geração de desenvolvimento sustentável no que concerne a eficiência econômica, a conservação ecológica e a integridade social. No caso, a região Oeste paraense possui um grande potencial de recursos agrofloretais e agropecuários, que não são utilizados de forma satisfatória na administração pública atual, entretanto apresenta um forte capital social pulsante para o desenvolvimento da região, figurada em seu cooperativismo.

Nesse sentido, Buarque (2004) observa que o desenvolvimento local sustentável resulta da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local e a elevação de oportunidades sociais para a competitividade da economia assegurando a conservação dos recursos naturais locais mediante estratégias de cooperação, funcionando como um canal importante de organização do produtor e da produção, da geração de trabalho, renda e agregação de valor. Assim, a estratégia a ser analisada, neste estudo, retrata o capital social organizado em cooperativas fundamentais para a promoção do desenvolvimento local, deixando de lado o paradigma de gestão setorial para um novo modelo territorial de integração.

Conforme Amaral Filho (2002), o desenvolvimento endógeno deve ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica em uma contínua ampliação da

capacidade de geração e agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região na retenção do excedente econômico gerado na economia local e na atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local/regional gerada por uma determinada atividade econômica.

Sendo a perspectiva de desenvolvimento local focada na diminuição das desigualdades inter e intrarregionais visando maior participação da sociedade civil nas discussões territoriais. Temos, desta maneira, o local como um desafio iminente para desenvolver ações que promovam inclusão produtiva e social. Posto que, qualquer estratégia para promoção do desenvolvimento local deve contribuir para a formação de capital social local (entendido como capacidade de organização e cooperação da sociedade) combinando com a formação de espaços institucionais de negociação e gestão na articulação e o aumento da competitividade das atividades econômicas com vantagens locais (BUARQUE, 2004).

Ademais, o desenvolvimento local construído do interno para o externo deve-se basear na capacidade de organização da região em aspectos de participação dos atores na economia local, logo Buarque (2004) reafirma que este tipo de desenvolvimento depende da capacidade dos atores e das sociedades locais de se estruturarem e mobilizarem, com base nas suas potencialidades e na sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades.

O cooperativismo, no sentido de doutrina, tem por objeto a correção do social pelo econômico por meio de associações de fim predominantemente econômico. Entretanto, no sentido de sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas visam não só suprir seus membros de bens e serviços, como também realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se de estímulos sociais alicerçados, não exclusivamente, pelo capital, sem interesse lucrativo e com fins econômicos-sociais (PINHO, 1966).

Em vista disso, Putnam (2006) considera que as cadeias de relações sociais constituem formas de capital social, do mesmo modo que a confiança se multiplica com o uso e diminui com o descaso. Para se constituir a confiança mútua é necessário fortalecer o sistema de participação e cooperação entre instituições e comunidade. Para esse autor, a confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. Logo, o

compromisso institucional encontra-se associado à sociedade no intuito de promover ações mutuamente reconhecidas, com confiança, reciprocidade e solidariedade.

Diante disso, o protagonismo da participação da sociedade civil juntamente com as esferas governamentais mostra-se desafiadora para a construção de uma região que necessita de um desenvolvimento local sustentável em sua solidez institucional. Portanto, este trabalho surge com o objetivo de analisar a atuação das cooperativas agrícolas de Santarém no estado do Pará, considerando aspectos descritos por Putnam (2006) como a cooperação e solidariedade, e, com um olhar de a compreensão do capital social, além de averiguar a relação das cooperativas com os estabelecimentos comerciais no cenário da economia local.

METODOLOGIA

A área de estudo é o município de Santarém, no oeste do Pará – sendo o principal centro urbano e comercial do oeste do Estado –, e está situada na mesorregião do Baixo Amazonas, na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, localizada a cerca de 800 km das metrópoles da Amazônia (Manaus e Belém), com população da região estimada em 290.521 mil habitantes/ano de 2014, é o terceiro município mais populoso do Estado, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas com aplicação de questionários semiestruturados, em cinco cooperativas de produtores rurais familiares (no universo de nove organizações), e, em dez estabelecimentos locais (no total de quinze). Também foi realizada visita à Secretaria de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS) do município, a fim de levantar informações sobre os produtores aderidos aos programas de governo na questão rural. Para tanto, foram visitadas as seguintes cooperativas agrícolas: COOPRUSAN – Cooperativa de Produtores Rurais de Santarém; COOPROMUBEL – Cooperativa dos Produtores Rurais de Santarém, Mojuí e Belterra; COOMAPLAS – Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós; COOPAFS – Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar; e COOPBOA – Cooperativa de Agricultores Familiar da Boa Esperança.

O COOPERATIVISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL EM SANTARÉM

A abordagem do estudo sobre as cooperativas municipais é voltada para compreender a inserção destas no mercado local, analisando a participação das organizações na promoção

do desenvolvimento. Embora a região possua entraves que dificultam essas articulações, como os atritos relacionados à reforma agrária e questões ambientais, isso não afetou a participação cívica e sua diversidade para constituir o motor propulsor do fortalecimento social e melhoria de vida aos pequenos produtores. De acordo com Putman (2006), a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob forma de regras e participação cívica, em que as formas de capitais provocam aprimoramento e desenvolvimento, caso contrário se extingue com o desuso.

No cenário econômico de Santarém as principais cooperativas agrícolas, suas interrelações com as cidades vizinhas e a participação das famílias no mercado local, são construídas socialmente e secularmente nos moldes da ação coletiva, podem ser sumarizadas no quadro 1, a seguir:

Quadro 1: Síntese da atuação das principais cooperativas agrícolas de Santarém, 2015

NOME	CIDADE	NÚMERO DE FAMÍLIAS	NÚMERO DE PRODUTOS	COMERCIALIZAÇÃO
COOPROMUBEL	MOJUÍ, BELTERRA, SANTARÉM	67	31	MERCADO, FEIRA, PAA, PNAE
COOPAFS	SANTARÉM	136	34	SUPERMERCADO, FEIRA, MERCADO, PNAE, PAA
COOMAPLAS	MOJUÍ, BELTERRA, SANTARÉM	84	32	PNAE, PAA
COOPRUSAN	SANTARÉM	87	35	FEIRA, PNAE, PAA
COOPBOA	SANTARÉM	28	30	PNAE, PAA

Fonte: Dados da autora, 2015.

As cooperativas foram fundadas no período do ano de 2006 a 2011, e em sua maioria, com a finalidade de organizar a produção agrícola familiar para facilitar a compra de insumos e atender aos programas de governo, além de desenvolver um trabalho social de apoio à produção familiar. Elas possuem, em média, 81 famílias participantes da organização, com uma gama de produtos agrícolas acima de 30 itens, fornecendo diretamente para as feiras e mercado municipal, ou ainda, atendendo as demandas governamentais no âmbito dos programas PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e algumas recebendo recurso financeiro por meio do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Apesar de grande parte dos

cooperados ter conhecimento sobre o programa PRONAF, apenas 50 produtores conseguiram acessar tal benefício público, isso ocorreu devido questões burocráticas que dificultaram o favorecimento de todos.

Nessa perspectiva, o governo federal tem induzido a criação de organização coletiva no espaço rural ao condicionar a participação dos produtores rurais em Programas, como PAA e PNAE, desde que organizados em associações ou cooperativas. Comprovamos assim, como essas políticas têm incentivado e fortalecido a organização coletiva dos produtores rurais. Entretanto, vale salientar, que algumas experiências nasceram e se mantêm estreitamente vinculadas à possibilidade de recebimento de recursos públicos e/ou à participação nos Programas de âmbito estadual ou federal, algo que atrela a organização à política pública e suas flutuações (HESPANHOL, 2013).

Na medida em que estes membros participam desse processo, seja para responder ao mercado local ou aos Programas, isso desencadeia em desenvolvimento local efetivado na geração de renda para as famílias que possuem como base o cultivo da confiança e reciprocidade, princípios balizadores das organizações.

Para Moraes (2003), a criação dessas organizações é resultado do fortalecimento do capital social na presença e na qualidade das relações sociais, seja pela conexão de desenvolvimento intrinsecamente ligada às relações institucionalizadas em processo de acúmulo, para formar um círculo vicioso de obtenção de resultados internos e externos a organização.

Neste aspecto, o desenvolvimento local sustentável é incentivado por meio da participação social direta nas discussões sobre a demanda da região, que baseadas em suas necessidades reais, considerando limites e dificuldades do ambiente. Fato relatado pelos líderes das cooperativas que participam ativamente de reuniões e plenárias sobre questões relativas à gestão pública do município e seus territórios. Conforme relatos dos responsáveis cooperados, apresentamos abaixo os principais motivos que contribuíram para a fundação das seguintes cooperativas:

- A COOPAFS (Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar) surgiu da necessidade de consecução de melhor preço tanto no mercado interno quanto fora de Santarém, abrangendo assim cidades vizinhas (Mojuí e Belterra). No caso, o termo "local" não é entendido a partir de um recorte administrativo, podendo, no entanto, sobrepor-se ao termo municipal, formando assim um conjunto de municípios que dispõe de uma produção

variada de hortifruticultura, como: arroz, abacaxi, alface, batatas e etc. Produtos, com os quais visam abastecer alguns estabelecimentos locais, como determinado grupo de supermercado, feiras livres e mercados municipais;

- A cooperativa COOPROMUBEL (Cooperativa dos Produtores Rurais de Santarém, Mojuí e Belterra) relatou um anseio pela criação de um "centro de distribuição de produtos da agricultura familiar", a partir da reunião das nove cooperativas locais com o intuito de diminuir os custos e abastecer o comércio local como todo, todavia esse projeto ainda segue em discussão. Sobre o balanço da quantidade de produtos produzidos e comercializados pela cooperativa, em torno de 10% da produção fica na cooperativa (consumo interno) e os 90% restantes são vendidos para os atravessadores e programas de governo.

- A COOPRUSAN (Cooperativa de Produtores Rurais de Santarém) foi criada para atender aos programas governamentais e, não fornece produtos para estabelecimento comercial. Pois, toda a produção é destinada para a merenda escolar de unidades escolares municipais, por meio de chamada pública com abastecimentos mensais, sendo o pagamento repassado aos produtores por intermédio da cooperativa.

- A COOPBOA (Cooperativa de Agricultores Familiar da Boa Esperança), também não fornece alimentos para nenhum estabelecimento comercial, dado a justificativa de não ter inspeção municipal devido à falta de padronização de embalagem dos produtos, mas recentemente a cooperativa assumiu a incumbência de providenciar os ajustes necessários. Essa cooperativa vende somente para SEMED (Secretaria Municipal de Educação), dado que aceitam a terceirização do processo de embalagem.

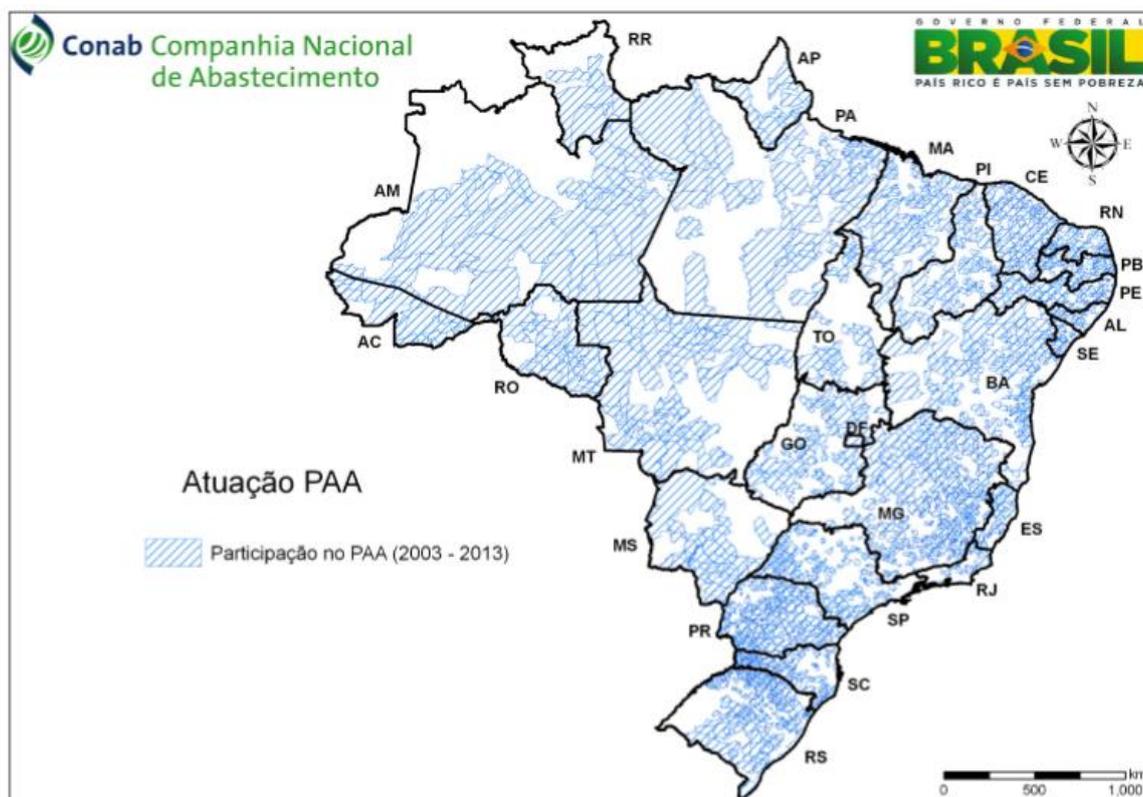
- A COOMAPLAS (Cooperativas Mista Agroextrativista do Tapajós) é formada por agricultores residentes no planalto santareno, como também nos municípios de Belterra e Mojuí dos Campos, somando um total de 84 famílias. Atualmente, a cooperativa não possui nenhum vínculo com estabelecimentos comerciais, porém existem alguns cooperados que fornecem individualmente seus produtos para supermercados da cidade. Essa cooperativa em si fornece seus produtos para a prefeitura de Santarém, especificamente, para a merenda escolar por meio do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e do Projeto Social Mesa Brasil.

Conforme dados obtidos nas entrevistas, todas as cooperativas participam do PNAE e seus cooperados dos PAA (Programa de Aquisição de Alimento). Sendo esse programa o

mais expressivo no município, com desempenho em oito bairros do município sendo contemplados com a distribuição de alimentos.

O Programa de Aquisição de Alimento, criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696 e instituído em 2 de julho de 2003, é um instrumento de política pública que tem como objetivo garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias pelas populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (MDA, 2012). Desde que foi implantado, o PAA vem sendo contemplado em diversos municípios como fomento à geração de renda para os produtores familiares, ao aumento da produção agrícola e à melhoria na alimentação das pessoas. Do período de 2003 a 2014 o PAA, operado pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), esteve presente em 2.729 municípios. A figura 1 abaixo demonstra espacialmente a distribuição desses municípios (CONAB, 2015).

Figura 1: Participação dos municípios brasileiros no PAA, no período de 2003 - 2013



Fonte: CONAB, 2015.

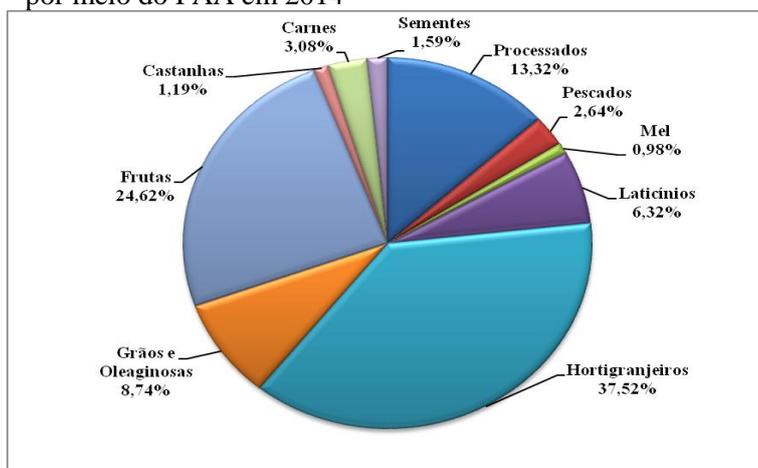
O PAA é um programa federal ligado ao MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome). E o Brasil, um país que possui 5.570 municípios dos quais 11%, ou seja,

619 municípios foram contemplados por esse programa no ano de 2014, sendo Santarém um desses municípios participantes que possui convênio de compra com doação simultânea e faz a gestão do programa, mas o recurso utilizado é federal. Esse programa existe em Santarém desde 2010, cujo montante financeiro foi aumentando, gradativamente, mediante o crescente número de agricultores participantes do programa, que iniciou com menos de 100 agricultores e vem totalizando 589 famílias atualmente (SEMTRAS, 2015).

Tal programa trabalha com o SISPA (Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos) com uma interface informatizada de gestão, onde são depositadas informações sobre os produtos, compras, além de tabelas de preços. O objetivo do PAA é fomentar a agricultura familiar e atender famílias em instabilidade socioeconômica e nutricional em risco, dada a diminuição da fome e na garantia da segurança alimentar das famílias de baixa renda (MDA, 2012).

As operações do PAA em 2014 na modalidade CDAF (Compra Direta da Agricultura Familiar), operacionalizadas pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), adquiriram produtos extremamente diversificados (Gráfico 1), totalizando mais de 400 tipos de produtos desde 2003, em que os produtos são regionais e a aquisição deles opera no intuito de valorizar e respeitar os hábitos alimentares locais e a vocação agrícola regional. Observamos no gráfico 1, que os produtos hortigranjeiros e as frutas foram os mais adquiridos, chegando a um índice de 62% (CONAB, 2015).

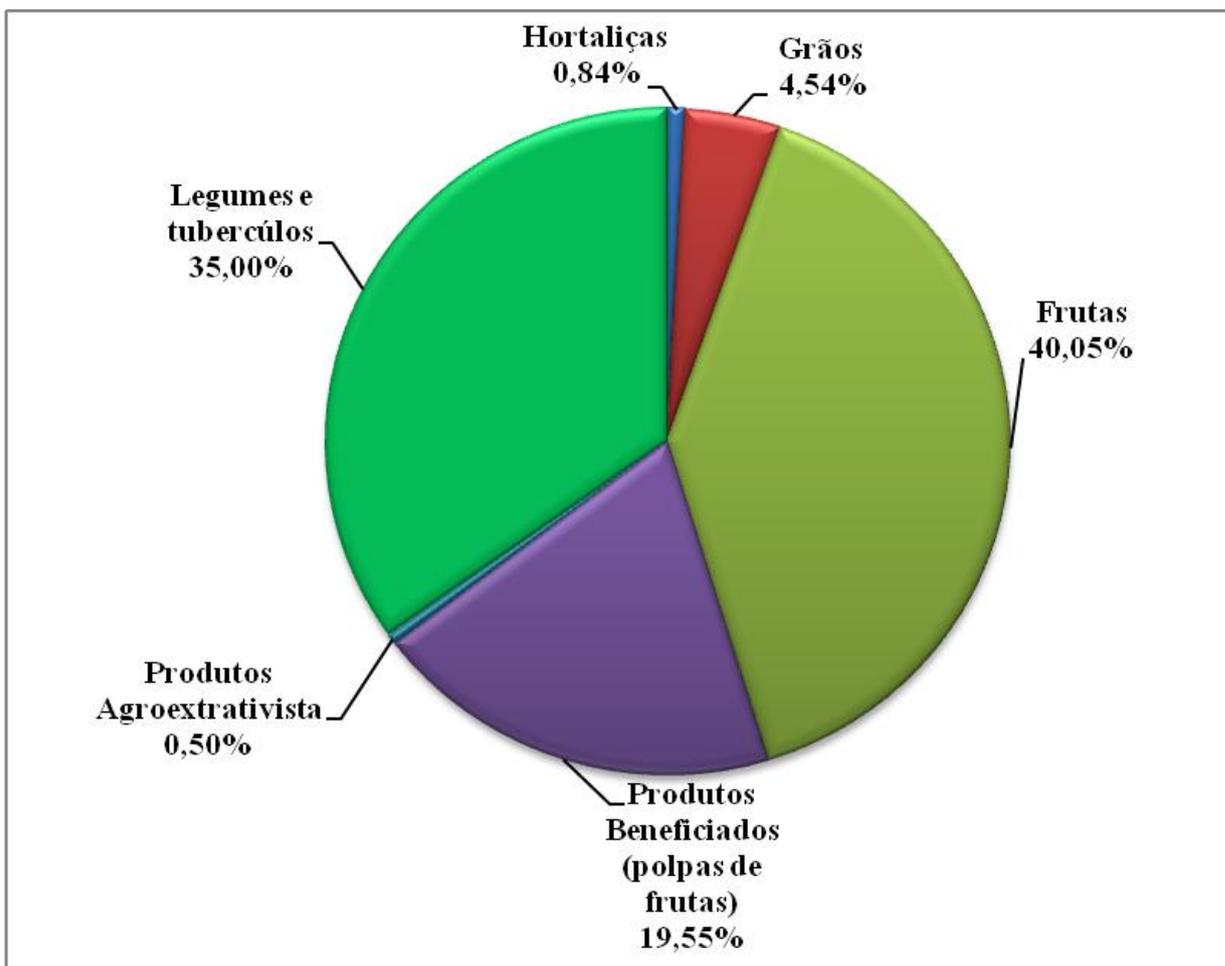
Gráfico 1: Categoria de produtos produzidos por agricultores familiares e comercializados por meio do PAA em 2014



Fonte: CONAB, 2015.

Em Santarém, esse Programa distribui os produtos adquiridos para os bairros e entidades públicas visando fortalecer as redes sócio-assistenciais com a doação de diversos tipos de alimentos, como: frutas, hortaliças e demais produtos que compõem a cadeia alimentar típica do local (Gráfico 2). O público alvo são agricultores familiares, do grupo B da modalidade do PRONAF, e famílias em instabilidade econômica e nutricional. Quanto ao valor de venda para o agricultor é cotado em até 5 mil reais anual, no âmbito da lista de preço estabelecidos pelo Programa, no total de 56 produtos que são entregues normalmente. Em contrapartida aos dados nacionais, em que há predominância de produtos hortigranjeiros e frutas que são os mais adquiridos nesse município, observamos a presença de 75% de alimentos do tipo frutas, legumes e tubérculos no abastecimento nutricional das famílias, enquanto que a criação de pequenos animais é realizada apenas para a subsistência das famílias rurais, sem atender as demandas de mercado.

Gráfico 2: Percentagem dos produtos adquiridos pelo PAA para o ano de 2014



Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Conforme dados da SEMTRAS no ano de 2014 foram atendidos 46 bairros e, mais de 22 instituições sociais e entidades cadastradas para o consumo interno (Centro POP - Centro de Referência Especializado em Atendimento à População de Rua; Asilos; CRAS - Centro de Referência de Assistência Social; APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; Albergues; Pastoral do Menor; etc.). De janeiro a setembro de 2015 foram beneficiadas 25 mil famílias com entregas de alimentos, com duas ofertas de cestas básicas e com previsão, no total, quatro entregas.

As famílias receptoras dos alimentos devem se enquadrar no perfil estabelecido por lei, isto é, apresentar risco de segurança alimentar e nutricional. O gerenciador municipal é o Agente Comunitário Social (ACS) do Bairro que realiza visitas às casas oferecendo assistência educacional de saúde, na pesagem das crianças, realizando levantamento sobre o Bolsa Família (Programa social do governo que trata da transferência direta de renda às famílias em situação de pobreza), e ainda, verificando a existência de risco nutricional. Todas as informações obtidas nesse trabalho são computadas em um relatório das famílias, e a partir desse documento as famílias são inscritas no Cadastro Único (CADUNICO).

No tocante à distribuição, os alimentos são repassados às associações de bairros e entidades sociais e distribuídos às famílias inscritas nesse cadastro, dessa forma a entrega dos produtos é feita mediante carteirinha distribuída no PAA que é carimbada a cada aquisição dos produtos, essa medida busca assegurar o controle de entrega e evitar recebimentos múltiplos de alimentos por uma mesma família.

AS COOPERATIVAS E OS PROJETOS SOCIAIS

As cooperativas desenvolvem várias ações, dentre essas, as ações com projetos sociais fruto da essência da cooperação com a sociedade. No âmbito externo, a articulação e agregação de interesses são intensificadas com uma densa rede de associações secundárias visando os mesmos princípios internos. No caso, as cinco cooperativas santarenses consideradas nesse estudo atuam em projetos sociais com finalidades específicas, como por exemplo:

- A COOPAFS emprega atividades sociais em algumas unidades de ensino do município, nos quais os bairros beneficiados são o bairro do Maracanã, da Interventoria e da Área Verde. Todos os projetos dessa cooperativa visam à construção de canteiros de horta,

para funcionar como instrumento que viabilize a educação ambiental, as diferentes atividades didáticas e a construção de uma cultura de paz e solidariedade.

Segundo Brandão e Brandão (1996), a implantação de hortas em escolas se justifica pela possibilidade de mudanças comportamentais na alimentação e convívio social; pela necessidade de perspectivas de um futuro e criação de um ambiente de estudo para alunos, professores e pais possibilitando a inclusão social de crianças e jovens; além, de gerar oportunidades de ocupação sobre sustentabilidade, aprendizagem de hábitos alimentares saudáveis, mercado informal e um campo extraclasse de atividade pedagógica.

- A COOPROMUBEL e COOPRUSAN possuem um projeto social com doações de produtos à APAE, Asilo São Vicente de Paula e SESC (Serviço Social do Comércio), além de fazer doações ao próprio bairro onde está localizada.

- A COOPBOA realiza um projeto social de doação de cestas básicas mensais e patrocina merenda, uma vez por mês, às crianças participantes do encontro de pesagem na comunidade (ação desenvolvido pelo CAD Único - Bolsa Família), e também, faz doação de alimentos para três entidades locais.

- Por fim, A COOMAPLAS participa do projeto social Mesa Brasil que tem como objetivo recolher alimentos com possível ameaça de ser desperdiçados, realizando assim ações educativas por meio da coleta urbana de alimentos excedentes ou fora dos padrões de comercialização, mas em condições de ser consumidos, essa ação beneficia populações carentes e instituições filantrópicas. Se de um lado contribui para a diminuição do desperdício, de outro, reduz a situação de insegurança alimentar da população carente. Além do mais, as estratégias de mobilização e as ações educativas incentivam a solidariedade e o desenvolvimento comunitário.

Segundo Putnam (2006), os conjuntos associativos civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático não só por causa dos seus efeitos internos sobre o indivíduo, mas pelos seus efeitos externos sobre a sociedade. No âmbito interno, os conjuntos sociais inculcam em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade, senso de responsabilidade comum para com empreendimentos coletivos, bem como para o espírito público. Podemos observar, que este capital social, pautado nas colocações de Putnam, conjuga em uma rede de relações que contribui aos bens compartilhados em uma sociedade, às relações recíprocas entre organizações e comunidade de modo a permitir a solidez da rede de solidariedade comunitária.

O capital social possui uma natureza multidimensional. A visão mais estreita o define como um conjunto de normas e redes sociais que afetam o bem-estar da comunidade na qual estão inscritas, facilitando a cooperação (...) entre indivíduos similares do ponto de vista de suas características demográficas (MARTELETO; SILVA, 2004). Dessa forma, observamos a adoção de práticas de responsabilidade social - no âmbito das normas estabelecidas pelo capital social existente - um exercício recorrente no seio das cooperativas santarenas, a inferir preocupação social não apenas no âmbito interno das organizações, mas com a população em seu entorno visando um sucesso coletivo alicerçado na partilha, melhor dizendo, algo que aproxima a população e ganha a confiança, o respeito e a admiração dos atores públicos e privados. A responsabilidade social aplicada representa o compromisso contínuo das cooperativas com seu comportamento ético e com o desenvolvimento econômico e social local.

OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E A RELAÇÃO COM AS COOPERATIVAS

Na economia brasileira, os supermercados possuem grande importância, pois são responsáveis por boa parte do produto interno bruto sendo o principal fornecedor de alimentos da população nacional (87%), pela integração entre produção e os consumidores finais, são importantes na dinâmica do desenvolvimento econômico e/ou local (WILDER, 2003).

Nessa perspectiva, as entrevistas realizadas nos supermercados aferiram que apenas 25% destes estabelecimentos têm vínculos comerciais com cooperativas, enquanto 75% compram alimentos externos, isso acontece devido à falta de qualidade dos produtos seguida da precária oferta destes, visto que a oferta ocorre somente em períodos de safra, ou seja, não existe oferta suficiente para o ciclo anual.

Dentre os supermercados consultados, alguns realizam a compra de determinados produtos nas feiras e mercados locais como forma de auxiliar no complemento de seus estoques. Assim, poucos produtos são adquiridos diretamente do produtor, sem passar pelas cooperativas locais, os quais se concentram na compra de hortaliças (couve, cheiro verde, entre outros), frutas (melancia, maracujá, e etc.) e leguminosas (mandioca, macaxeira, etc.), já os demais produtos são oriundos de outros municípios da região e de Estados da Federação.

Conforme relato de um dos responsáveis comerciais, "*seria mais vantajoso comprar os produtos no município, pois diminuiria a alocação de um grande estoque que, muitas vezes, sofrem perdas significativas durante transporte e tempo de armazenagem, além de pagamento de impostos para outros estados, que não gera arrecadação para a cidade*" (Relato de um entrevistado, 2015).

Na opinião dos proprietários comerciais, os produtores deveriam criar estratégias de plantio para a entressafra, pois a carência dos produtos gera a procura externa por produção. O fato não se restringe apenas aos alimentos agrícolas, mas atinge o setor pesqueiro onde esse problema também se faz presente. Os comerciantes buscam o pescado em outras regiões, pois no período da entressafra o peixe de boa qualidade é vendido para outras regiões, ficando somente peixes menores que agregam baixo valor de mercado, ou seja, a comercialização do pescado é priorizada para o mercado externo, ocasionando custos, como pagamentos: de frete, da diferença de taxas de impostos e de imposto antecipado. Fato inexistente, quando ocorre a compra de produtos internos em que a redução de taxas de impostos e entrega são totalmente garantidas. Entretanto, vimos que existe um baixo nível de comunicação das cooperativas com os estabelecimentos comerciais.

Os supermercados compram em torno de 30% de produtos locais, especialmente uma Rede de Supermercado presente na região metropolitana de Santarém que possui vínculo comercial com a cooperativa de produtores rurais (Projeto Pequeno Produtor e Grande Empreendedor), de onde obtém principalmente legumes e verduras. A cooperativa foi criada pela articulação dos proprietários do supermercado com agricultores locais com o intuito de suprir a demanda dos alimentos, trabalhando com o plantio de legumes e principalmente com o de folhagem (alface, cheiro verde, entre outros). Os produtos dessa cooperativa são exclusivamente vendidos para este estabelecimento, dada a iniciativa financeira. Essa empresa teve uma preocupação de capacitar os cooperados do projeto em relação ao manejo de terra, com devidas orientações para uma eficiente plantação e colheita.

Conforme levantamento feito nesse estudo, os principais produtos locais comprados na região são: abacaxi, abóbora, alface, berinjela, banana, castanhas do Pará, cheiro verde, farinha, farinha de tapioca, limão, melancia e polpa de frutas produzidos nas localidades mais próximas, as chamadas de área verde. E, os produtos externos que são: melão, laranja, repolho, tapioca/goma, pimentão e milho (exceto em período de safra), abacate, batata, batata doce. Observamos que as verduras e legumes são predominantemente de origem locais,

exceto as verduras mais finas como acelga, couve-flor, brócolis, etc., que vêm principalmente de Belém e São Paulo. Os produtos provenientes do município tornam-se mais acessíveis por meio de uma boa negociação do cooperado com o comerciante.

No que tange ao estabelecimento que possui sua própria cooperativa agrícola, os produtos importados costumam ser mais baratos, pois o supermercado tem sua própria logística dispendo de oito caminhões, diminuindo assim o custo de transporte, logo não necessita de terceirização desse serviço. O proprietário justificou a importação dos produtos, acrescentando a falta de comprometimento dos produtores rurais com o comércio local e na prerrogativa de novas alternativas de alimentos, os quais não são produzidos na região, dado efeito edafoclimático desfavorável para o cultivo de certos alimentos, como o caso do plantio de peras, uvas e maçãs que exige manejo específico, que conseqüentemente, encareceria o produto final.

Verificamos nesse estudo que a aquisição de alimentos locais, por partes das empresas, surge do apelo de barateamento de custo e nos alicerces do desenvolvimento local, e, similarmente, da preocupação em atender um nicho de mercado dos "produtos orgânicos", como, por exemplo, o abacaxi comercializado no município oriundo da cooperativa que cultiva sem agrotóxicos, eliminando a compra externa pelo produto, fortalecendo uma produção local de excelente qualidade nutricional.

Os resultados apresentam a importância da rede formada entre os agricultores familiares e os empresários, agentes locais, com forças distintas de atuação no mercado, mas com a construção de novos laços, dada a necessidade iminente de ter novas frentes de oferta de produtos agrícolas para abastecer a cidade e o território brasileiro.

CONCLUSÃO

No município, verificamos um contexto positivo de atuação do cooperativismo, firmado por fatores econômicos e sociais, seguindo os princípios teóricos de Putnam (2006) de sistemas horizontais de participação cívica de modo a amenizar os dilemas de ação coletiva e favorecer o desempenho institucional na comunidade em geral.

O município conta com os potenciais do capital social agrícola, como recurso importante para o desenvolvimento local e do próprio cooperativismo. As organizações garantem a existência de capital social, em uma proposta de ação coletiva que permeia o

mesmo nível de informação simétrica e promove os laços horizontais deste capital. Participa das arenas de discussões políticas no aperfeiçoar dos fomentos, dos programas governamentais e dos incrementos da agricultura familiar, apontando assim para o desenvolvimento local e sustentável.

A ação das cooperativas promove a aproximação e a interação dos agentes, junto às instituições públicas e privadas, contribuindo com os projetos sociais, está balizada nos aspectos da cooperação, confiança e reciprocidade, a fim de orientar o comportamento dos cooperados, e conforme Putnam (2006) desempenha acréscimos múltiplos capazes de gerar progresso e bem-estar internos e externos à população local.

Nesse estudo aferimos que há uma baixa comunicação entre as instituições, cooperativas e estabelecimentos comerciais, porém vislumbramos o interesse pulsante das partes em solucionar o entrave, para promover resultados positivos; um, pela facilidade e garantia de abastecimentos de produtos, no que tange as empresas; e o outro, pela vantagem de ter um comprador fixo da produção, garantindo renda para os cooperados, por parte das organizações coletivas. O fortalecimento dessa articulação tende a gerar benefícios à economia local, não oferecendo somente desenvolvimento aos produtores, mas também ao segundo setor, o varejista dos supermercados.

O fortalecimento da relação dos estabelecimentos comerciais com as cooperativas traria elevados efeitos positivos na renda dos cooperados, dada a transação comercial para gerar maiores efeitos na economia local, e, se tornar menos vulnerável as variações externas.

Por fim, em algumas cooperativas observamos a atuação com cidades vizinhas, de forma que o local não se refere somente à delimitação municipal, mas abarca o conjunto de relações que existe em um determinado território, sendo ele uma microrregião ou uma cidade, considerando as heterogeneidades e especificidades do lugar no apogeu de um desenvolvimento que foge dos limites geográficos e alcança o limite econômico social das redes sociais organizadas, de maneira a emergir reciprocidades e obtenção de objetivos mútuos.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 26, n. 3, 2002.

BRANDÃO, C.I.; BRANDÃO, R.F.; *Alimentação Alternativa*. Centro de Pastoral Popular. Editora Redentorista, Brasília. 1996.

BUARQUE, Sérgio C. *Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. pp. 15-56.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. *Resultados das Ações da CONAB - 2014*. Programa de Aquisição de alimentos. Brasília, 2015.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. *Soc. nat.* [online]. 2013, vol.25, n.3

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 24 de junho de 2014.

MARTELETO, R. M. ; SILVA, A.B.O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. In: *Ciência da Informação*, Brasília, v.33, n3, p.41-49, set./dez. 2004.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>> Acessado em 20 de ago. 2012.

MORAES, J. L. A. *Capital social*: potencialidades dos fatores locais e políticas públicas de desenvolvimento local-regional. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (Orgs.). *Desenvolvimento regional abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2003. p.263-281.

PINHO, D. B. *A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia*: a experiência da Itália moderna. São Paulo: FGV. 2006.

SEMTRAS - Secretaria de Trabalho e Assistência Social. *Relatório Técnico*. 2015.

WILDER, A. *Mudança no setor supermercadista e a formação de associações de pequenos supermercados*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior Luiz de Queiroz/USP, Piracicaba, 2003. 189 p.